



ST14. FONTES IMPRESSAS E HISTÓRIA A HISTÓRIA NARRADA EM LETRAS DE FORMA

997

EDUCAÇÃO E TRABALHOS FEMININOS: IMPRESSÕES DA DÉCADA DE 1920

Alzira de Cássia da Silva Rodrigues¹

Resumo: Este texto objetiva refletir e apontar questões acerca da educação acadêmica e trabalhos femininos, através de textos impressos em periódicos da década de 1920, ambientados na Paraíba, tomando por base os discursos escritos de homens e mulheres que colaboravam na composição de um fazer literário e jornalístico. Distintas opiniões preenchem os círculos literários paraibanos, reverberando nas discussões sobre o benefício ou risco da educação escolar e dos trabalhos renumerados femininos. Os periódicos traziam em suas páginas, significativas altercações entre as mulheres que percebiam com bons olhos a educação intelectual feminina, e entre os homens que temiam que “fosse um estorvo ao exato cumprimento dos deveres domésticos”. Da mesma forma emergem tensões quanto a uma divisão sexual do trabalho onde as colocações femininas remetiam, quase sempre, a uma continuação da dita “vocação natural” às tarefas do lar.

Palavras-chave: Periódico. Educação. Trabalho Feminino.

EDUCAÇÃO E TRABALHOS FEMININOS: IMPRESSÕES DA DÉCADA DE 1920

A educação é uma questão social que desperta interesse na humanidade desde os tempos mais longínquos. Delimita lugares, separa e institui. Concebe códigos, práticas, sinais e distinções. Produz sentidos e modos de lidar com o espaço, o cotidiano e as idealizações humanas. A educação, que inicialmente era privilégios de poucos, foi, lentamente, sendo reclamada como direito suposto por aqueles grupos que a muito vinham sendo privados, entre estes grupos, destacamos a condição social feminina e sua relação com a educação.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A educação de meninas e mulheres no século XIX era dominada não apenas pelo status social, renda e aspirações de suas famílias, mas também pela concepção de gênero, em relação ao tipo de educação que uma menina deveria ter. [...] (WATTS, 2013, p.76)

Os homens das classes mais abastardas podiam dispor do ensino médio privado ou público, e posteriormente adentrar no ensino superior profissionalizante. Para as mulheres essa rotina era dificultada, em grande parte, pela ausência de escolas femininas secundárias. Frequentemente, as moças em que suas famílias tinham condições econômicas mais elevadas, tinham que recorrer às escolas privadas, internatos ou a presença de preceptores em casa. Segundo Virginia Woolf (2012), as famílias priorizavam a educação dos filhos homens, em remoto caso, sendo farta a herança paterna se aplicava na educação das filhas. Acometia, ainda, as moças, outro empecilho, a falta de tempo que era quase todo empregado nos afazeres domésticos. No Brasil somente na transição do século XIX para o XX que as autoridades políticas promoveram iniciativas para proporcionar, as mulheres, educação pública.

Mudanças políticas e sociais do início do século XX promoveram significativas transformações nas expectativas educacionais femininas que, não sem luta, passaram a configurar as demandas intelectuais, sociais e econômicas. Ainda que, neste momento, as escolas públicas destinadas às mulheres atendessem, em especial, a formação de um currículo consubstanciado nas qualidades e deveres, que se acreditava, apropriados aos cuidados com o lar e a prole.

Desde o século XIX que se elevavam debates acerca dos benefícios ou malefícios da educação feminina. Segundo Peter Gay (1988), muitos eram os intelectuais que acreditavam numa incapacidade, física e racional, feminina para arcar com a educação superior acadêmica. A prática desta poderia levar as mulheres, por sua constituição frágil, a arruinarem sua saúde e sua capacidade de reprodução. Poucos eram, em contrapartida, os intelectuais que defendiam o direito e acesso das mulheres a educação, estes coadunavam a ideia de que “a rigor a mente não tem sexo”. (GAY, 1988, p. 159)

Os círculos literários paraibanos davam visibilidades as discussões direcionadas as demandas educacionais, em especial, a revista *Era Nova*² que imprimia em suas páginas, uma dialética significativa entre os que percebiam de forma positiva essa aspiração feminina, e os que tomavam tal perspectiva como perniciososa para os lugares sociais estabelecidos como femininos.

Mal encobrendo a depreciação quanto à validade da educação feminina, alguns dos colaboradores masculinos buscavam fazer uma distinção entre instrução e educação, se posicionando a favor da educação feminina, que seria voltada às “prendas domésticas” e negando a necessidade da instrução que equivaleria a uma educação formal, no modelo que conhecemos hoje.

O escritor Rubião de Alencar, corroborando as ideias do professor Abel da Silva, publicados no jornal *A União*, nos informa acerca do perigo da instrução feminina, que

² A *Era Nova* foi uma revista quinzenal ilustrada da década de 1920, produzida na Paraíba. A princípio foi fundada na cidade de Bananeira/PB e logo depois seu núcleo foi transferido para a Parahyba do Norte. Manteve-se em circulação de 1921 a 1926.

temia “fosse um estorvo ao exato cumprimento dos deveres domésticos”. A instrução teórica, na visão deste autor, somente serviria para acarretar ao sexo feminino a qualidade pejorativa de “boneca brilhante”, tornando-as fadadas ao abandono do lar em mãos ordinárias, para que pudessem desfrutar da leitura de “romances piegas”.

Ademas, tornando ao modo de instrução da mulher, não recebamos a hypothese paradoxal do igualitarismo entre os dois sexos. O que um pode ser de grande utilidade a outro poderá trazer perniciosos resultados. A mulher criatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amável e dedicada do homem. O que se faz necessario é dar-se-lhe em educação útil á missão sublime que ella há de cumprir no mundo, que é a de ser esposa e mãe, perpetuando a espécie por meio do holocausto divino do amor. (*Educação feminina*. Era Nova, Parahyba, 15 de janeiro de 1922, nº19)

A crer em Rubião, as mulheres deveriam almejar somente um grau de instrução que lhes permitissem travar um bom relacionamento entre o casal, em outras palavras, que a esposa soubesse o suficiente para entreter o marido em conversas agradáveis. Da mesma forma, que adquirissem as prendas necessárias ao bom funcionamento da casa, como serem boas anfitriãs, aptas na conzinha, na economia doméstica e na costura. Longe de tentar igualá-las aos homens, deveriam ensinar-lhes conhecimentos práticos necessários a sua “vocação natural”, a devoção ao marido e o cuidado com o lar. O temor era que a representação das mulheres como figura débil e sentimental fosse abalada a regalia da educação formal, deixando entrever o medo da dessexualização da fêmea pelo abandono ao seu “destino”, a maternidade, já que a instrução afastava a mulher de sua esfera de ação, o lar.

Apresentando-se em oposição a semelhantes ideias, um exemplo de escritora, que engrossavam o coro das defensoras da intelectualidade do sexo feminino, trata-se da colaboradora Anelcira³, que dividindo espaço com a coluna *Notas Sociaes*, publicava uma pequena seção intitulada *Corbeille dès Dames*⁴, homenageando senhoritas que primavam pela educação intelectual.

Antecede à seção inaugural desta coluna, uma rápida nota do editorial que, pelo uso do chiste, informa ao leitor de que este é um “logarzinho”, reclamado pela “excellentissima” autora, para a distinção do belo sexo. Justificado em seguida, por quem fará uso de tal espaço, como resultado da quantidade numerosa de senhoritas e senhoras intelectuais paraibanas, que merecem um espaço para sanar a ignorância masculina quanto os dotes intelectuais femininos, “cujo egoísmo não permite ver no sexo frágil capacidades mentaes. A mulher, dizem os pensadores conterrâneos, só têm habilidades para misteres domésticos...”. (Era Nova, Parahyba, 01 de dezembro de 1921, nº17)

Anelcira propõem provar, através dos exemplos, a injustiça que é tal conclusão, elencando senhoritas que primam pela inteligência e educação, mas que eram

³ Nas nossas pesquisas, até o atual momento, não encontramos outras referências quanto a esta escritora, o que nos leva a crer que se trata de um pseudônimo.

⁴ Digno de nota é a rápida vida que teve essa seção, na revista *Era Nova*, que aparece no final de 1921 e permanece até o início de 1922, contando só com algumas intercaladas publicações.

constantemente desbotadas pelos “esforços egoístas” dos homens, que exortam um quadro onde se prega a incapacidade do sexo feminino de pensar, só lhe restando, na visão das mentalidades conservadoras, “decantar” seus ordinários “dotes naturais”, seja por lhe despertarem amor, seja pelas “rebarbativas” malícias. Por isso, põe a margem seu próprio acanhamento para citar nomes e atributos dessas conterrâneas. Eis algumas destas orgulhosas patricias:

Elizia de Almeida com o conhecimento que tem da língua pátria, **sem romper o veu de sua delicada modéstia**, podia em qualquer canto do Brasil, cultivando mais o espirito, apresentar-se como **escriptora fluente, imaginosa e correcta**. Ah se podia! mas, estou certa ninguém a convencerá de que tem, de par aos conhecimentos indispensáveis aos arranjos domésticos, talento, muito talento! (Era Nova, Parahyba, 25 de dezembro de 1921, nº18)

Davina Queiroz [...] ao lado de sua irmã, **a cirurgiã dentista, professora normalista, escriptora d. Maria Queiroz**, não tem tido senão trabalho e muito trabalho, **mantendo ambas com seu esforço uma linha de decencia e de compostura** que se casa perfeitamente á sua educação, e ao seu estado civil [...] e, **a par disto, excelente menagére!** (Era Nova, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº 21) (Grifo nosso)

A seção é a forma que ela encontra de dar espaço a essas mulheres muitas vezes silenciadas por visões conservadoras, que ainda encontravam grande respaldo por parte da sociedade paraibana, inclusive por parte do sexo feminino. E se, contudo, Anelcira criticava a pena masculina que só reconhecia a condição feminina voltada ao lar, não se privava, ela mesma, de homenagear, além dos dotes intelectuais, os dotes físicos e aquém deste, as prendas domésticas. Louvava, é certo, a compleição feminina que não descuidava da “modéstia”, da “gentileza sem calculo”, da “serenidade” e “justeza” qualidades que habitavam uma “epiderme fina”, acompanhada de um “talhe bem proporcionado”.

As virtudes femininas eram atestadas pela autora, como a defender que a apreciação dos dotes intelectuais não privava a mulher de sua moral, de seu estado, ou mesmo do cumprimento de seus deveres domésticos. O que as mulheres mencionadas, e outras que aqui não aparecem, têm em comum, fora o gosto e a inclinação a educação superior, é que todas continuavam a desenvolver com mérito as “obrigações” de seu sexo.

Não chega a ser um discurso subversivo, considerando a parcela do segmento social que promovia discussões sobre os benefícios da educação feminina, muito menos se tratava de imprimir a emancipação feminina, mas, galgar espaços e consolidar novas condições referentes à educação das mulheres. O que, sem dúvida, é digno de nota.

Se Anelcira nos parece, a princípio, tímida em suas investidas quanto a educação feminina, isso se deve, primeiro, por ser sua tática, a do exemplo prático e não da teorização, segundo, pela distância temporal que nos separa dessa escritora, mas basta lembrar que para a época tal oratória deve ter sido bastante inspiradora, haja vista, se tratar de uma mulher, publicando em um periódico organizado apenas por homens, e

convocando suas conterrâneas a serem “aptas para esses trabalhos que constituem verdadeiras preciosidades para o sexo feminino”.

Somando a este, encontramos os discursos de Albertina Correia Lima⁵ que percebia de forma benéfica a instrução feminina, para além da educação doméstica. Acobertada por um discurso que apontava a saúde familiar como fonte de sua preocupação, haja vista, ser a instituição familiar o “núcleo sublime onde se originam os costumes, os princípios e as máximas que tem de reger a vida privada e a vida pública”. Albertina, que fez parte do corpo de formação da *Escola Domestica*, propunha em seus discursos, não só a educação escolar feminina, mas também, a intenção de sua participação na vida pública, pois “sem afastar-se do lar domestico a mulher pode participar dos negócios públicos e gosar, de um modo indirecto do jas suffragis, pelos sentimentos de patriotismo, de civismo e de probidade social que tiver inspirado e inculcado no espirito de sua prole”, ou seja, a educação da “rainha do lar” deixaria “por toda a parte de seu lar, vestígios de inteligência e cultura”.

Sutilmente, a autora utiliza a própria concepção higienista vigente para investir as mulheres de disposições políticas. Ora, a mãe benfeitora dos filhos da pátria, que prepara os bons cidadãos para a vida sociopolítica, só podia ser tão preparada quanto eles. “Deve[ria] portanto, ter o preparo necessário as missões eventuais, além dos conhecimentos indispensaveis para o bom governo domestico e a proveitosa e sadia educação dos filhos e agregados” (Era Nova, Parahyba, 11 de abril de 1923, nº43).

Segundo Alômia Abrantes (2010) esse evento paradoxal nas escritas femininas, trata-se de uma das estratégias de poder que acabam deslocando o sentido de dominação masculina, sendo assim, um molde, um truque para responder a sua consciência. Dessa forma Albertina cumpre o dever, subentendido, de escrever ao que boa parte da sociedade conservadora esperava que ela escrevesse, sem, contudo, privar-se de imprimir suas crenças. Virginia Woolf referindo-se a imprensa destacou que “para um homem ainda é muito mais fácil do que para uma mulher dar a conhecer suas opiniões e vê-las respeitadas” (WOOLF 2012, p.51).

Ainda que o tom que perpassa a causa, nas falas femininas, seja sempre associado aos benefícios orientados para a relação conjugal e os deveres maternos, desconfiemos da isentabilidade desses textos. Tentativa de romper com a ideia de que as mulheres eram somente emoção, mas que possuem, igualmente, a capacidade de pensar, julgar, opinar, sobretudo, se aliada à educação que lhes armavam contra a dominação masculina. A educação será, mais tarde, um tópico importante na luta pela emancipação feminina.

Parafraseando Rosa Maria B. de Araújo (1993), os direitos a educação feminina alcançaram expressão com o advento da República, ainda que se mantivesse precária tantos nas escolas públicas quanto nas particulares, pela promoção do ensino secundário

⁵ Barbosa (2009) nos informa que Albertina Correia Lima, nascida na Paraíba em 1889, formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1931. Iniciou, entretanto, a carreira no jornalismo em 1912 escrevendo em dois jornais de circulação nacional, O Jornal e O Correio da manhã, contribuindo também para A União, A Imprensa e é claro para a Era Nova. Demonstrou sempre interesse pela emancipação feminina, em especial, pelo voto e acesso das mulheres à Câmara Legislativa da Paraíba. Fundou em 1933, junto com Analice Caldas a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em prol da emancipação da mulher.

e superior destinado as mulheres. O ensino de nível superior era destinado para aqueles que seguiriam no mercado de trabalho, daí o ingresso da mulher na faculdade ser visto como uma ação fora do comum, isso por que, os mais conservadores não encontravam compatibilidade com a posição da mulher, nem de sua racionalidade com as carreiras profissionais.

É o que nos fala Araújo (1993) sobre empregos caracteristicamente femininos, que se somavam, majoritariamente, aos setores que não requeriam qualificações ou que recordavam traços femininos, como o serviço doméstico, o trato da criança, a costura, o magistério, a telefonia que exigiam qualidades como atenção as minúcias, paciência, dedicação. Por outro lado algumas profissões que exigiam certo grau de instrução começavam a serem disputadas pelas mulheres como é o caso da enfermagem ou da datilografia, fazendo com que as mulheres optassem por uma formação acadêmica especializada de forma as lhes garantirem a vaga. Á exemplo do curso de datilografia da escola Remington, que abria vagas para turmas mistas.

Podemos notar que os trabalhos remetiam a uma continuação da vocação natural feminina às tarefas do lar, o que não ofendiam aos estereótipos impostos a essência feminina e o que se esperava que fosse sua missão. Mesmo nas profissões que portavam maior prestígio, á exemplo da medicina, as mulheres depois de longas lutas para ocupar esta área, enfrentaram resistências ao exercício de algumas especialidades como é o caso das cirurgias, para elas eram destinadas [forma de limitação] as áreas de pediatria e ginecologia, ramo que remetia a uma extensão de suas atividades como mães. (GONÇALVES, 2006)

Encontro harmonioso entre disposições ditas femininas e posições oferecidas pela malha social, reforçando a divisão sexual ao transferir para o mercado de trabalho as hierarquias e dominações da vida íntima, haja vista, estarem as mulheres sempre subordinadas a um chefe masculino, quase nunca concorrendo aos cargos de chefia, pois como nos lembra Joan Scott (1992), as profissões eram organizações políticas, onde a competência profissional era medida por fatores como raça, sexo, etnia e religião.

No mesmo esteio Rachel Soihet (2001) colabora com nossas discussões ao creditar a impossibilidade de acesso a todas as áreas de trabalho, a desvalorização do trabalho feminino, a discriminação quanto a educação, a incapacidade política, civil, restrições ao exercício da sexualidade, todas são formas de violência simbólica. Pois que figuram numa tentativa de bloquear o pleno desenvolvimento das potencialidades femininas. Tais violências convertem as relações de diferença numa hierarquia de desigualdade.

Cada vez mais essas disputas iam ganhando espaço na imprensa, ao mesmo tempo em que foi dando cabo campanhas para o retorno da mulher, aquele que era considerado seu “lugar natural”, o lar, explorando para tanto, o sentimento de culpa das mulheres pelo suposto abandono do lar, dos filhos, do marido em função do trabalho. “O abandono do lar era o argumento mais convincente para a opinião pública, ciosa da manutenção da ordem estabelecida contra o feminino. Emancipar-se ‘era a despoetização da mulher, era sua derrota: a rainha passava a rival.’” (ARAÚJO, 1993, p. 67) Em contrapartida, na esfera pública a mulher estaria sujeita a por em risco sua moral e honra ao enfrentar o perigo da corrupção nas ruas, no trabalho, nos salões. Lembremos

que eram a estas mulheres que se chamavam “sexo frágil”, referenciando tanto a moral quanto o físico.

FONTE

Era Nova, Parahyba do Norte, de 1921 a 1925, circulação quinzenal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Alômia da Silva. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In. ABRANTES, Alômia da Silva; NETO, Martinho Guedes dos Santos. *Outras Histórias*. Cultura e Poder na Paraíba [1889 – 1930]. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2010.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio da Fonseca a Assis de Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>

GAY, Peter. *A Experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A educação dos sentidos*. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

SOIHET, Rachel. *Formas de Violência, relações de gênero e feminismo*. Rio de Janeiro, 2001. NEC - Núcleo de Estudos Contemporâneo.

WATTS, Ruth. Alice Cooper: Educadora e professora na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX. In. FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda. *Vozes femininas do Império e da república: caminhos e identidades*.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Tradução de Denise Bottman. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.